

GEORGES DUBY

DAMAS DO SÉCULO XII

Heloísa, Isolda e outras damas no século XII

A lembrança das ancestrais

Eva e os padres

Tradução

Paulo Neves e Maria Lúcia Machado



Copyright © Éditions Gallimard, 1995, 1996

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Este volume é composto dos seguintes livros:

Enquête sur les dames du XII^e siècle (*Heloísa, Isolda e outras damas no século XII*)

Dames du XII^e siècle (*Damas do século XII*)

Dames du XII^e siècle — III. Ève et les prêtres (*Eva e os padres*)

Capa

Jeff Fisher

Preparação

Márcia Copola

Carlos Alberto Inada

Beti Kaphan

Revisão e Atualização ortográfica

Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Duby, Georges

Damas do século XII / Georges Duby ; Tradução Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

Título original: Dames du XII^e siècle.

ISBN 978-85-359-2227-1

1. Mulheres — França — Biografia 2. Mulheres — França — História — Idade Média, 500-1500 I. Título.

13-00646

CDD-305.409440902

Índices para catálogo sistemático:

1. França : Idade Média : Mulheres : História 305.409440902

2. Mulheres : França : Idade Média : História 305.409440902

2013

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

HELOÍSA, ISOLDA E OUTRAS DAMAS NO SÉCULO XII

Introdução	9
Alienor	13
Maria Madalena	29
Heloísa	51
Isolda	75
Juette	89
Dorée d'Amour e a Fênix	100

A LEMBRANÇA DAS ANCESTRAIS

Servir os mortos	116
1. Os mortos na casa	116
2. As mulheres e os mortos	120
3. Escrever os mortos	126
4. Memória das damas	139
Esposas e concubinas	150
1. Genealogia de um elogio	150
2. A perturbação que vem das mulheres	157
3. As damas	166
4. As amigas	174
5. Arlette	184

O poder das damas 193

1. Ambiente 194
2. O testemunho 211
3. As deusas-mães 218
4. O casal 227
5. As viúvas 239

Genealogias 249

EVA E OS PADRES

Introdução 255

Os pecados das mulheres 256

A queda 283

Falar às mulheres 303

Do amor 337

Conclusão 379

Sobre o autor 381

HELOÍSA, ISOLDA
E OUTRAS DAMAS NO
SÉCULO XII

Tradução
Paulo Neves

ALIENOR

SOB A CÚPULA CENTRAL DA IGREJA DE FONTEVRAUD — era uma das mais vastas, das mais prestigiosas abadias de mulheres, na França do século XII —, veem-se hoje quatro estátuas jacentes, vestígios de antigos monumentos funerários. Três dessas estátuas são talhadas em calcário brando, a de Henrique Plantageneta, conde de Anjou e do Maine por seus antepassados paternos, duque da Normandia e rei da Inglaterra por seus antepassados maternos; a de seu filho e sucessor Ricardo Coração de Leão; a de Isabel de Angoulême, segunda mulher de João sem Terra, o irmão de Ricardo, que se tornou rei, por sua vez, em 1199. A quarta efígie, em madeira pintada, representa Alienor, herdeira do ducado de Aquitânia, esposa de Henrique, mãe de Ricardo e de João, que em 31 de março de 1204 morreu em Fontevraud, onde no fim da vida se fizera freira.

O corpo dessa mulher está estendido sobre a laje, tal como estivera exposto no leito mortuário durante a cerimônia dos funerais. Está envolvido por inteiro nas dobras da túnica. Um véu comprime o rosto. Os traços deste são de uma pureza perfeita. Os olhos estão fechados. As mãos seguram um livro aberto. Diante desse corpo, desse rosto, a imaginação pode conceber o que quiser. Mas desse corpo, desse rosto quando eram vivos, a estátua jacente, admirável, nada diz de verdadeiro. Alienor estava morta havia muitos anos quando a estátua foi feita. Teria o escultor visto alguma vez com os próprios olhos a rainha? Na verdade, isso pouco importava: naquele tempo a arte funerária não se preocupava com a semelhança. Em sua plena serenidade, essa figura não pretendia reproduzir o que o olhar pudesse ter descoberto no catafalco, o corpo, o rosto de uma mulher de oitenta anos que havia se batido duramente contra a vida. O

artista recebera a encomenda de mostrar o que seriam em sua plenitude esse corpo e esse rosto no dia da ressurreição dos mortos. Por conseguinte, ninguém jamais poderá avaliar o poder de sedução que a herdeira do ducado de Aquitânia possuía quando, em 1137, foi entregue a seu primeiro marido, o rei Luís VII da França.

Ela contava então aproximadamente treze anos, ele, dezesseis. “Ele ardia de um amor apaixonado pela adolescente.” É o que relata, meio século mais tarde, Guilherme de Newburgh, um daqueles monges da Inglaterra que recompunham então, com grande habilidade, a sequência dos acontecimentos do tempo passado. Guilherme acrescenta: “O desejo do jovem Capeto foi aprisionado numa estreita rede”; “Nada de surpreendente, tamanhos eram os encantos corporais que Alienor possuía”. Lambert de Watreloos, cronista, também julgava esses encantos de elevadíssima qualidade. O que valem, na verdade, tais elogios? As conveniências obrigavam os escritores da época a celebrar a beleza de todas as princesas, mesmo das menos graciosas. Além disso, Alienor já era, em todas as cortes, por volta de 1190, a heroína de uma lenda escandalosa. Quem se dispusesse a falar dela se via naturalmente inclinado a dotar de uma excepcional capacidade de enfeitiçamento os atrativos que ela havia manifestado.

Essa lenda é persistente. Ainda hoje fascina alguns autores de romances históricos, e conheço inclusive historiadores muito sérios cuja imaginação continua inflamada e desencaminhada por ela. Desde o romantismo, Alienor foi ora apresentada como delicada vítima da crueldade fria de um primeiro esposo, incompetente e limitado, de um segundo esposo, brutal e volúvel, ora como mulher livre, dona de seu corpo, desafiando os padres, afrontando a moral dos beatos, porta-estandarte de uma cultura brilhante, alegre e injustamente sufocada, a da Occitânia, contra a selvageria hipócrita, contra a opressão do Norte, mas sempre transtornando os homens, leviana, carnuda, e se divertindo com eles. Não é ela considerada, nos livros mais austeros, como a “rainha dos trovadores”, sua complacen-

te inspiradora? Não tomam muitos como coisa certa o que, por zombaria, André le Chapelain diz dela em seu *Tratado do amor*, as sentenças ridículas que ele forja e lhe atribui? Esta, por exemplo, cuja feroz ironia todo leitor então saboreava: “Ninguém pode legitimamente alegar o estado conjugal para se furtrar ao amor”. Aos jogos do amor cortês. Por pouco Alienor os teria inventado. Em todo caso, por seu intermédio é que esses jogos de galanteria teriam se difundido através da Europa desde sua Aquitânia natal. A bem dizer, os julgamentos errôneos dos eruditos modernos são desculpáveis. A lembrança dessa mulher se deformou muito cedo. Nem cinquenta anos se haviam passado desde sua morte e a biografia imaginária de Bernard de Ventadour já fazia dela a amante desse grande poeta. E o pregador Étienne de Bourbon, vituperando os prazeres culpáveis produzidos pelo tato, dava como exemplo a perversa Alienor: um dia, achando agradáveis as mãos do velho professor Gilbert de la Porrée, ela o teria convidado a acariciar seus quadris com os dedos. Quanto ao Menestrel de Reims, sabe-se da forte inclinação desse agradável contador de histórias a falar para agradar os ouvintes; mas aqui ele retomava as frases dos que diziam, em número cada vez maior, que a rainha da França, durante a cruzada, chegara ao ponto de entregar seu corpo aos sarracenos, e lhe atribuía um idílio com o mais ilustre desses descrentes, Saladino. Diz que Alienor se preparava para partir com ele, um pé já dentro do navio, quando seu marido, Luís VII, conseguiu alcançá-la. Não apenas volúvel, entregando seu corpo de batizada ao infiel. Também traindo, além do marido, seu Deus. O cúmulo do impudor.

Tais fantasias se construía no século XIII a partir dos mexericos que, em vida, haviam se espalhado a propósito da rainha em sua velhice. Alguns foram recolhidos em nove obras históricas compostas entre 1180 e 1200 que chegaram até nós e que apresentam mais ou menos tudo o que se sabe sobre ela. Cinco são de autores ingleses, pois na Inglaterra é que se escrevia então a boa história. Todas são de homens da Igreja, monges ou cônegos, e apresentam Alienor de um ponto de vista desfavorá-

vel. Isso por quatro razões. A primeira, fundamental, é que se trata de uma mulher. Para esses homens, a mulher é uma criatura essencialmente má por meio da qual o pecado se introduz no mundo, com toda a desordem que nele se vê. Segunda razão: a duquesa de Aquitânia tinha por avô o famoso Guilherme IX. Ora, esse príncipe, de quem a tradição fez o mais antigo dos trovadores, também havia em sua época excitado a imaginação dos cronistas. Estes denunciaram o pouco-caso que fazia da moral eclesiástica, a liberdade de seus costumes, sua excessiva propensão ao namorico, evocando a espécie de harém no qual, como paródia de um mosteiro de freiras, ele havia mantido para seu prazer uma companhia de moças. Dois outros fatos, enfim e sobretudo, condenavam Alienor. Por duas vezes, dessembrando-se da submissão que as hierarquias instituídas pela vontade divina impõem aos esposos, ela havia pecado gravemente. Uma primeira vez, pedindo e obtendo o divórcio. Uma segunda vez, rejeitando a tutela de seu marido e insurgindo seus filhos contra ele.

O divórcio, imediatamente seguido de um novo casamento, foi em 1152 o grande caso europeu. Ao chegar em sua crônica a essa data, o monge cisterciense Aubry des Trois Fontaines relata naquele ano esse único acontecimento. De maneira lacônica e com tanto mais força: Henrique da Inglaterra, escreve, tomou por mulher aquela que o rei da França acabava de abandonar: “Luís a havia deixado por causa da incontinência dessa mulher, que se conduzia não como rainha, mas como prostituta”. Semelhantes transferências de esposa, do leito de um marido para o de outro, não deixavam de ocorrer frequentemente na alta aristocracia. Que esta tenha tido tal repercussão, explica-se. A unidade da Europa se identificava então com a da cristandade latina, e portanto o papa pretendia dirigir, mobilizar para a cruzada e, por isso, manter em paz os Estados para preservar seu equilíbrio, esses Estados que, no vigoroso impulso de crescimento que arrastava o Ocidente, começavam a se fortalecer. Era o que acontecia com os dois grandes principados rivais, aqueles cujos chefes eram o rei da França e o rei da In-

glaterra. Todavia, no seio de estruturas políticas ainda muito grosseiras, o destino dessas formações políticas dependia em grande parte das devoluções sucessoriais e das alianças, portanto do casamento do herdeiro. Ora, Alienor era a herdeira de um terceiro Estado, de menor envergadura, por certo, no entanto considerável, a Aquitânia, uma província estendida entre Poitiers e Bordeaux, chegando ao Sul até Toulouse. Mudando de esposo, ela levava consigo seus direitos sobre o ducado. Por outro lado, a Igreja, na metade do século XII, acabava de fazer do casamento um dos sete sacramentos a fim de assegurar seu controle. Ela impunha ao mesmo tempo jamais romper a união conjugal e, contraditoriamente, rompê-la de imediato em caso de incesto, ou seja, se se verificasse que os cônjuges eram parentes aquém do sétimo grau. O que permitia à autoridade eclesiástica, na verdade ao papa quando se tratava do casamento de reis, intervir à vontade para atar ou desatar, e assim tornar-se senhor do grande jogo político.

Bem mais tarde, o Menestrel de Reims relata deste modo o que decidiu o divórcio. Luís VII, diz ele, “reuniu todos os seus barões para saber o que faria da rainha e lhes expôs como ela havia se comportado. ‘Por nossa fé’, disseram os barões, ‘o melhor conselho que vos damos é que a deixeis partir, pois é um diabo, e, se a conservais por mais tempo, acreditamos que ela vos fará morrer. E, acima de tudo, não tendes filho com ela’”. Satanismo, esterilidade: duas faltas verdadeiramente graves, e o marido toma a iniciativa.

João de Salisbury, no entanto, eminente representante do renascimento humanista do século XII, lúcido, perfeitamente informado, é uma testemunha melhor. Ele escrevia bem mais cedo, apenas oito anos após o acontecimento, em 1160. Anteriormente, em 1149, achava-se presente junto ao papa Eugênio III quando este acolheu Luís VII e sua mulher em Frascati, Roma estando então nas mãos de Arnaud de Brescia, outro intelectual de primeira grandeza, este contestatário. O casal voltava do Oriente. O rei da França, chefiando a segunda cruzada, levava consigo Alienor. Após o fracasso da expedição e as dificuldades

subsequentes para os estabelecimentos latinos na Terra Santa, os homens da Igreja se interrogavam sobre as causas desses dissabores e as localizavam precisamente nesse fato. “Cativo de uma paixão veemente por sua esposa”, diz Guilherme de Newburgh (e é para explicá-la que ele insiste nos atrativos físicos da rainha), Luís VII, ciumento, “julgou que não devia deixá-la sozinha, e que convinha à rainha acompanhá-lo ao combate.” Ele dava o mau exemplo. “Muitos nobres o imitaram, e, como as damas não podiam passar sem camareiras”, o exército de Cristo, que deveria ter apresentado a imagem da castidade viril, foi atulhado de mulheres, portanto invadido de vilezas. Deus se irritou com isso.

De fato, tudo transcorrera mal durante a viagem. Em Antioquia, em março de 1148, Alienor havia encontrado Raymond, o irmão de seu pai, senhor da cidade. O tio e a sobrinha se entenderam bem, inclusive bem demais aos olhos do marido, que se inquietou e precipitou a partida para Jerusalém. Alienor recusou-se a segui-lo. Ele a arrastou à força. A acreditar em Guilherme, arcebispo de Tiro, que certamente redigiu sua obra histórica trinta anos mais tarde, num momento em que a lenda estava em plena eflorescência — mas, não esqueçamos, enquanto a rainha ainda vivia —, e que aliás era o mais bem situado para recolher os ecos do caso, as relações entre Raymond e Alienor teriam sido levadas bastante longe. A fim de reter o rei e de utilizar seu exército para sua própria política, o príncipe de Antioquia teria projetado raptar, “por violência ou por intriga”, sua mulher. Esta, segundo o historiador, estava de acordo. Com efeito, diz ele, “ela figurava entre as mulheres loucas, de conduta imprudente, como se vira antes e como se haveria de ver mais tarde em seu comportamento, quando desprezou, contra a dignidade real, a lei do casamento e não respeitou o leito conjugal”. Menos cruamente se exprime aqui, já, a acusação feita por Aubry des Trois Fontaines: Alienor era desprovida daquela contenção que convém às esposas, em especial às esposas dos reis, e que contrabalança sua tendência natural à luxúria.

João de Salisbury, por sua vez, cita apenas uma falta, mas ampla o suficiente: a rebelião. Resistindo a seu marido, isto é, a seu senhor, Alienor exigiu, em Antioquia, separar-se dele. Reivindicação evidentemente intolerável: se era comum admitir que um homem repudiasse sua mulher, tal como se desembaraçava de um mau servidor, o inverso parecia escandaloso. Para divorciar-se, a rainha invocava o melhor dos pretextos, a consanguinidade. Declarava que ela e ele eram parentes em quarto grau, o que era verdade, e, estando os dois mergulhados no pecado, não podiam evidentemente permanecer juntos por mais tempo. Estranha revelação, na verdade: pois, desde que se tinham casado havia onze anos, ninguém se importara com tal parentesco, claro como o dia. Luís era piedoso, ficou perturbado e, “embora amasse a rainha com um amor imoderado”, já pensava em deixá-la partir. Um de seus conselheiros, que não gostava de Alienor e de quem ela não gostava, o teria impedido de ceder, com este argumento: “Que opróbrio para o reino da França se soubessem que o rei deixara sua mulher ser tomada ou que ela o havia abandonado!”. Desde Paris, o abade Suger, mentor de Luís VII, dava o mesmo conselho: refrear o rancor, manter-se firme aguardando o fim da viagem.

Os dois cônjuges viviam nos trâmites de seu desentendimento quando, de volta da peregrinação a Jerusalém, foram recebidos pelo papa. Este se esforçou por reconciliá-los. Havia interesse nisso. De um lado, ele manifestava claramente seu poder de controle sobre a instituição matrimonial. Temia, de outro lado, os problemas políticos que esse divórcio podia causar. Os esposos compareceram diante dele — e aqui podemos seguir João de Salisbury, que estava presente. O papa escutou suas recriminações. Apaziguou-os. O rei ficou feliz, sempre dominado por uma paixão que João diz “pueril”, por aquele desejo que deve ser controlado quando se é um homem de verdade, e mais particularmente um rei. O papa Eugênio III chegou a casá-los de novo, respeitando de maneira escrupulosa as formalidades e renovando todos os ritos exigidos, em primeiro lugar o comprometimento mútuo, expresso de viva voz e por

escrito, depois a condução solene até o leito nupcial enfeitado com grande pompa, o papa desempenhando nesse ponto o papel de pai e cuidando para que tudo transcorresse como devia. Para terminar, proibiu solenemente que essa união fosse dissolvida e que se voltasse a falar de consanguinidade.

Menos de três anos depois voltou-se a falar dela e, também desta vez, para justificar o divórcio. Foi em Beaugency, perto de Orléans, diante de uma grande assembleia de prelados. Testemunhas compareceram, juraram, não havendo a menor dúvida, que Luís e Alienor eram do mesmo sangue. O casamento era portanto incestuoso. Consequentemente, não era um casamento. O vínculo não havia sequer sido rompido: ele não existia. Ninguém levou em conta a interdição pontifícia. O rei havia aceitado o conselho de seus vassalos, aquele que o Menestrel de Reims, a quem se pode nesse ponto dar crédito, relata. Teria Alienor nesse meio-tempo ultrapassado os limites? Teria se comportado como marafona por ocasião da visita a Paris, no ano anterior, dos Plantageneta, pai e filho? A razão principal, estou convencido disso, é que ela era estéril. Estéril, a bem dizer, não era exatamente, e se houve esterilidade não foi por sua causa, como sugere a fecundidade exuberante que demonstrou nos braços de um novo marido. Mas, em quinze anos de conjugalidade, só tivera duas filhas, e de forma quase milagrosa. A primeira havia nascido, após um aborto e sete anos de vã expectativa, depois de um diálogo na basílica de Saint-Denis. Alienor queixara-se a Bernard de Clairvaux dos rigores de Deus, que a impedia de dar à luz. O santo lhe havia prometido que ela seria finalmente fecunda se levasse o rei Luís a fazer as pazes com o conde de Champagne, terminando uma guerra que, aliás, ela própria talvez tivesse instigado. A segunda filha veio ao mundo apenas dezoito meses antes do concílio de Beaugency, como efeito da reconciliação de Frascati, da nova noite de núpcias e das abundantes bênçãos pontifícias. Ora, era urgente que o rei da França tivesse um herdeiro masculino. Essa mulher parecia pouco capaz de providenciar isso para ele. Assim foi rejeitada, a despeito de seus encantos,

e apesar da Aquitânia, a bela província que trouxera ao se casar e que levaria consigo ao deixar a corte logo após a anulação do casamento.

Alienor voltava a ser em 1152 o que fora aos treze anos, um partido magnífico, uma fortuna para aquele dos pretendentes que viesse a se apoderar dela. Muitos a cobiçavam. Dois quase a pegaram durante a curta viagem que a conduziu de Orléans a Poitiers. Ela conseguiu escapar de Blois, à noite, antes que o senhor da cidade, o conde Thibaut, pudesse fazer dela sua mulher à força, depois, seguindo o conselho de seus anjos da guarda, evitou a passagem onde a esperava em emboscada o irmão de Henrique Plantageneta. Foi nos braços deste último que ela caiu. Gervásio de Canterbury sugere que Alienor preparou o encontro; afirma que ela comunicou ao duque da Normandia, por mensagem secreta, que estava disponível. Henrique, “atraído pela qualidade do sangue dessa mulher, porém mais ainda pelos domínios que dependiam dela”, se precipitou. Em 18 de maio, ele a desposava em Poitiers. A despeito dos obstáculos. Não falo nem da diferença de idade (Henrique tinha dezenove anos, Alienor, 29, tendo havia muito penetrado no que se considerava, na época, como a idade madura), nem da consanguinidade, tão evidente e tão próxima quanto na união precedente; falo da suspeita de esterilidade que pesava sobre a ex-rainha da França e, sobretudo, da interdição que lançara sobre ela, dirigindo-se a seu filho, o pai de Henrique, Godofredo Plantageneta, senescal do reino. Não toque nela, lhe teria dito Godofredo, por duas razões: “É a mulher de teu senhor, e além disso teu pai já a conheceu”. Julgava-se então indecente, com efeito, e mais culpável que a transgressão do incesto tal como a Igreja a concebia, deitar com a companheira de seu senhor. Quanto a partilhar com o pai uma parceira sexual, trata-se aí do incesto “de segundo tipo”, que Françoise Héritier demonstrou ser “primordial” e, sob esse aspecto, estritamente condenado em todas as sociedades. De nove historiadores, dois, Gauthier Map e Giraud le Cambrien, tardios e bisbilhoteiros, é verdade, lembram que Godofredo tinha, como diz um deles, “tomado sua

parte no que havia no leito de Luís”. Esse duplo depoimento torna crível o fato e confirma que Alienor não era das mais arreadias.

Essa aventura evidentemente regalou as assembleias cortesãs, e todos os que tinham ciúmes, que temiam o rei da França ou que simplesmente gostavam de rir, fizeram troça dele. Aqui se encontra o fundamento da lenda, e os escritores que nos mosteiros e nas bibliotecas se dedicavam a rememorar os acontecimentos de seu tempo se comprouveram em recolher tais mexericos quando, dez anos após o concílio de Beaugency, Alienor se afirmou rebelde mais uma vez, insurgindo-se contra o segundo marido.

Estava com cinquenta anos. Doravante infecunda e com encantos provavelmente menos vistosos, não tinha mais utilidade para seu homem. Ela entrava naquela etapa da existência em que as mulheres, no século XII, quando sobreviveram aos partos ininterruptos, são comumente abandonadas por seus esposos, etapa em que, dispendo do dote de viúva que receberam por ocasião do casamento, respeitadas em geral por seus filhos, sobretudo pelo mais velho, elas têm pela primeira vez na vida um verdadeiro poder e usufruem dele. Alienor não dispunha de tal liberdade. Henrique ainda vivia. Jamais sentado, sempre galopando de uma ponta à outra dos imensos domínios que o acaso das sucessões havia reunido em suas mãos, da Irlanda a Quercy, de Cherbourg às fronteiras da Escócia, o rei da Inglaterra, duque da Normandia, conde de Anjou e duque da Aquitânia em nome de Alienor, jamais havia se preocupado muito com ela. Às vezes a levava consigo de um lado e de outro da Mancha quando tinha interesse em mostrá-la a seu lado. Engravidara-a aqui e ali, às pressas. Agora, abandonava-a por completo, divertindo-se com outras mulheres. Mas estava sempre lá.

Para tirar partido das chances que lhe restavam, Alienor se apoiou em seus filhos e especialmente num deles, Ricardo. O mais velho, Guilherme, morrera na infância. Em 1170, importunado pelos dois seguintes que cresciam e reclamavam uma

parte de poder, Henrique fora obrigado a ceder. Tinha associado ao trono Henrique, com quinze anos. A Ricardo, com treze, havia concedido a herança de sua mãe, a Aquitânia. Alienor estava naturalmente por trás do adolescente e, agindo em seu nome, acreditava poder tornar-se enfim senhora de seu patrimônio ancestral. Na primavera de 1173, ela foi mais longe. Apoiou a revolta desses dois rapazes insaciáveis e de seu filho mais moço. Rebeliões desse tipo, que opunham os filhos ao pai que tardava a morrer, eram moeda corrente na época, mas era raro ver-se a mãe dos amotinados tomar o partido deles e trair seu marido. A atitude de Alienor causou escândalo, portanto. Pela segunda vez ela parecia infringir as regras fundamentais da conjugalidade. Foi o que lhe fez saber o arcebispo de Rouen: “A esposa”, disse ele, “é culpada quando se afasta de seu marido, quando não respeita fielmente o pacto de aliança [...] Todos deploramos que te separe assim de teu marido. Eis que o corpo se afasta do corpo, que o membro não serve mais a cabeça, e, o que ultrapassa os limites, permites que as entranhas do senhor rei e as tuas se insurjam contra seu pai [...] Reconcilia-te com teu homem, caso contrário, em conformidade com o direito canônico, te obrigaremos a reconciliar-te com ele”. Essa admoestação, todos os senhores da Europa teriam podido pronunciá-la. Com efeito, todos estavam convencidos de que, como afirmava o prelado, “o homem é o chefe da mulher, que a mulher foi tirada do homem, que ela está unida ao homem e submetida ao poder do homem”.

Henrique dominou a sublevação. Em novembro, Alienor estava em suas mãos, capturada quando, vestida com uma roupa masculina, outra falta grave à lei, buscava refúgio junto a seu ex-marido, o rei da França. Ele a encerrou no castelo de Chignon. Alguns dizem que pensou em repudiá-la, sob pretexto, ainda desta vez, de consanguinidade. Preferiu mantê-la prisioneira nesta ou naquela fortaleza até as vésperas de sua morte, em 1189. Em todos esses anos falou-se muito dela, não para honrá-la, como fazem os sonhadores de hoje, para celebrar suas virtudes, para fazer dela a primeira heroína do combate femi-

nista ou da independência occitana, mas para denunciar sua maldade. Falou-se dela em toda parte, recordando-se sua aventura na França, pois seus gestos punham em evidência as forças terríveis de que é dotada por natureza a mulher, luxuriosa e pérfida. Demonstravam que o demônio se serve dela para semear a turbulência e o pecado, o que torna evidentemente indispensável manter as filhas sob o estrito controle dos pais, as esposas sob o dos maridos, e enclausurar as viúvas num mosteiro. Em Fontevraud, por exemplo. No final do século XII, todos os homens que conheciam o comportamento da duquesa de Aquitânia viam nela a representação exemplar daquilo que ao mesmo tempo os tentava e os inquietava na feminidade.

Na verdade, o destino de Alienor não difere muito do das mulheres de alta linhagem que o acaso, ao privá-las de um irmão, transformava em herdeiras de um domínio senhorial. As esperanças de poder de que eram portadoras atiçavam as cobiças. Os candidatos ao casamento as disputavam entre si, rivalizando para se estabelecer em sua casa e explorar seu patrimônio até a maioria dos filhos que elas lhes dariam. Assim, sem descanso, elas casavam, tornavam a casar, enquanto fossem capazes de ter filhos. O destino de Alienor só tem de excepcional os dois acidentes, o divórcio e a rebelião, acontecimentos cujo interesse maior é terem suscitado, por ser essa mulher rainha e por ter se envolvido na grande política, o feixe de comentários escritos por meio dos quais o historiador descobre um pouco do que era naquele tempo a condição feminina e que em geral escapa à sua investigação. Sabemos muito pouco sobre Alienor: nenhum retrato, nove testemunhos relativamente abundantes, como eu disse, e mesmo assim bastante breves; no entanto, sabemos muito mais a respeito dela que da maior parte das mulheres de seu tempo.

Como todas as jovens, Alienor, aos treze anos, chegava à idade de casar, e seu pai escolheu um homem que ela jamais tinha visto e a quem foi dada. Este foi tomá-la na casa paterna. Levou-a para sua própria casa logo após as núpcias e, como era costume entre as famílias devotas, o casamento só foi consuma-

do, durante o trajeto, após um prazo de três dias. Como todas as esposas, Alienor viveu na ansiedade de ver sua esterilidade prolongar-se. Como muitas, foi rejeitada porque havia esperado em vão que do seu ventre saísse um filho homem. Porque vinha de uma província longínqua, porque seu linguajar e algumas de suas maneiras surpreendiam, foi vista como uma intrusa pela parentela do marido, a todo momento espiada, caluniada. Em Antioquia, é certo que seu tio Raymond fez dela um juguete, se não sexual, pelo menos político. Ele detinha sobre ela o poder de um pai. Pode-se supor que a instigou a pedir a separação por motivo de parentesco com a intenção de ele próprio torná-la a casar, em função de seus próprios interesses. Na promiscuidade buliçosa das grandes casas nobres, não faltavam damas que succumbiam aos assaltos do senescal de seus maridos. A todas, em todo caso, os escritores domésticos, para agradecer esses maridos, dedicavam suas obras, bajulavam-nas com elogios interesseiros sem serem por isso seus amantes. Elas iam de gravidez em gravidez. Foi o que aconteceu com Alienor assim que entrou no leito do Plantageneta. Ela havia dado apenas duas filhas a Luís VII; deu outras três a Henrique e mais cinco rapazes. Entre os 29 e os 34 anos de idade, fecundada a cada doze meses, pôs no mundo cinco filhos. O ritmo diminui a seguir. Em 1165, Alienor deu à luz o último de seus filhos que o historiador conhece, pois eles viveram bastante e apenas um morreu na puberdade. Era o décimo. Em duas décadas. Ela contava 41 anos. Suas capacidades reprodutivas, como as de todas as damas de seu mundo, haviam sido exploradas ao máximo. Como estas, ela se estabeleceu após a menopausa na posição de matrona, usando sua ascendência sobre os filhos, tiranizando suas noras, deixando os intendentess administrar seus bens, maquinando o casamento de suas netas — entre as quais Branca de Castela, que foi, no século seguinte, uma outra sogra insuportável. Como todas as viúvas de sua classe, retirou-se enfim, para se consagrar a um terceiro esposo, agora celeste, no mosteiro que sua família e ela própria, para purgar seus pecados, como após o divórcio, haviam cumulado de favores. Era Fontevraud. Guilherme, o Tro-

vador, seu avô, havia zombado copiosamente dessa atitude, mas também ele, no fim da vida, fizera doações ao mosteiro. Henrique já se encontrava lá, debaixo da terra. Para lá ela havia conduzido os restos mortais de Ricardo. Lá repousa Alienor, à espera do Juízo Final.

O que muitos pensavam realmente dela transparece na maneira como os cronistas interpretaram a morte trágica do rei Henrique II, em julho de 1189. Como Deus pudera deixar um soberano tão poderoso ser traído por todos os seus filhos legítimos e perecer, deixar que fosse ao túmulo nu, despojado de tudo por seus servidores, aceitar que fosse enterrado na abadia de Fontevraud que ele não havia escolhido como sepultura, que decerto também ele havia enriquecido com doações, mas apenas porque desejava de todo o coração que Alienor ali se recolhesse para enfim cessar de prejudicá-lo? É que Deus, diz Giraud le Cambrien no livro que escreveu “para a instrução dos príncipes”, punia talvez o assassino de Thomas Becket e o descendente da fada Melusina, filha de Satã. E que Deus seguramente punia nele a falta de sua esposa. E em primeiro lugar sua bigamia. Bígama, Alienor o era incontestavelmente, ninguém duvidava disso, e duas vezes incestuosa. Prima do Plantageneta no mesmo grau que do Capeto, seus dois casamentos eram igualmente culpáveis. Henrique havia consentido. Deus se vingava nele. Mas o castigava sobretudo pelo incesto “do segundo tipo”, esse pecado muito grave que havia cometido sob o encanto funesto de Alienor, instrumento do diabo.

Quanto à imagem que alguns, e com certeza muitos, faziam da duquesa de Aquitânia nas cortes do Norte da França, descobrem-se seus traços na longa e deliciosa canção que conheceu um estrondoso sucesso nos últimos anos do século XII: o *Roman de Renard* [Romance da Raposa]. Ao escutar as desventuras de Ysengrin, quem não pensava nos dissabores conjugais que o rei Luís VII tivera em Antioquia e dos quais ainda se gracejava em toda parte trinta anos depois, rindo do marido

“tão ciumento que acreditava diariamente ser enganado” e cujo erro fora tornar pública sua desgraça, ter “desonrado sua esposa” sem se envergonhar, quando, “nesse tipo de assunto, mais vale ficar calado”? Quem, ao longo dessa história faiscante e maliciosa, não pensaria na própria Alienor? A propósito de três mulheres, de três damas, Ermeline, Fièrre, Hersent, de quem Renard, “grande fornicador”, com alegria “colheu as uvas”? Ermeline que, tão logo se crê desembaraçada de seu homem, parte, “ardentemente beijando”, “abraçando por amor” aquele que quer como seu novo esposo, seu novo senhor, o adolescente que ela escolheu por já saber que ele “faz com muita suavidade a coisa”? A propósito da rainha, da mulher do leão, da orgulhosa madame Fièrre, que Renard possuiu durante a noite, quando, furiosa com seu marido, ela dormia sozinha, quem não se lembrava da boa fortuna de Godofredo Plantageneta, em visita à corte da França? Também Alienor não costumava, desprezando os conselhos dos prudentes (“Deus te guarde da desonra”), dar seu anel aos rapazes na esperança de que viessem logo, “pelo amor” prometido por essa prenda, lhe “falar privadamente e sem questiúnculas”? E o poeta, explorando a longa repercussão do escândalo, não tentou fazer seus ouvintes reconhecerem a rainha Alienor sob os traços de Hersent, a adúltera, Hersent, a provocante, a enganadora, que em seu leito de parturiente censura os galanteadores de temerem a cólera do marido, de não a visitarem tanto quanto ela gostaria em seu quarto, e que se entrega, complacente, a todos os prazeres do jogo que é sua razão de viver? Hersent que abandona Ysengrin, seu homem, quando este se mostra incapaz de sê-lo: “Se ele não pode fazer a coisa, que posso esperar dele?”. Hersent, a “puta”, que “tendo um marido pega um outro”? Bígama.

Quem ouvia falar de Alienor, naquele tempo, pensava em sexo. O sexo, tema principal do *Renard* no mais crepitante de sua crítica social. Alienor-Ermeline, Alienor-Fièrre, Alienor-Hersent, essa mulher é a encarnação da luxúria, da “sofreguidão”. Ela só pensa naquilo, e no fundo é o que os homens esperam, já que para eles a mulher é um joguete, tanto mais

atraente quanto mais devorada de desejo. O importante: que ela respeite as regras do jogo sob as quais o sexo se oculta. Que tudo se passe discretamente, sem espalhafato, sem violência. E sem queixas. Condenável é Luís VII: incapaz de saciar o fogo de sua parceira, teve o mau gosto de se mostrar ciumento. Quanto a Renard, perdoam-no, porque ele ama, e por sua habilidade no amor. O amor cortês, é evidente. A dama responde a suas iniciativas, aceita seu “amor”, os homens têm o direito de perseguir-la e de tomá-la. Alienor era a bela desculpa. Sua conduta suposta justificava todos os excessos e que se divertissem livremente a despeito do casamento. Eis aí, sem dúvida, por que André le Chapelain a colocou no seu *Tratado*, também este burlesco, ocupando o centro de uma corte de amor, como legisladora imaginária e risível dos preceitos da cortesia. A infelicidade é que tais facécias, assim como os elogios empolados dos trovadores, tenham sido e continuem sendo ainda hoje levados a sério. Celebrar as virtudes de Alienor? Rir ou indignar-se de seus defeitos? Quanto a mim, me inclinaria antes a lamentá-la.